

Bancos internacionais renovam sua clientela

JORNAL DE BRASÍLIA

Síndia Est

Heitor Tepedino

Os banqueiros internacionais estão mais calmos do que deviam, apesar da dívida do Terceiro Mundo continuar do mesmo tamanho. A explicação é simples. No início da crise financeira de 1982, indagava-se como conseguir novos clientes que substituíssem os ávidos subdesenvolvidos que tomavam empréstimos a qualquer custo. Após três anos, verifica-se que este problema está superado, principalmente devido ao crescimento da economia norte-americana, que levou aquele mercado a exigir grandes empréstimos.

Entretanto, se os banqueiros internacionais estão com as suas preocupações superadas, o mesmo não ocorre com os países em desenvolvimento. Embora esteja comprovado que, apesar de pobres, esses países sobrevivem sem as poupanças captadas no exterior, permanece no cenário internacional a fumaça da moratória do México, a insolvência brasileira e, ainda, a batalha da Argentina contra o FMI e contra os banqueiros internacionais. Nenhum desses países conseguiu a sua reabilitação na lista de tomadores de empréstimos no exterior.

Após esses três anos de crise financeira, chegamos a um estágio que não mostra nenhuma evolução para os devedores, sobrevivendo-se dentro de uma lei seca: quem tem mercadoria para vender, pode comprar; quem não tem, vai passar fome. Certamente que, às vésperas do ano 2.000, esta regra parece muito selvagem, mas é a realidade do mercado financeiro internacional.

No caso específico do Brasil, as coisas não andam diferentes. Num acordo tácito com as autoridades do Fundo Monetário Internacional, com o governo americano e com os próprios banqueiros credores, resolveu-se deixar o Brasil caminhar com os seus próprios pés durante algum tempo, para ver se isto dá certo, já que os ditames do FMI não

geraram nenhum resultado positivo. Tanto o FMI como os banqueiros concordaram que os devedores, principalmente com riquezas naturais como o Brasil, deveriam tentar expandir sua produção, retomar o crescimento, uma experiência que tinha de ser tentada, já que a outra opção, da recessão, foi um fracasso.

Apesar de todo este consenso, na verdade nós estamos sobrevivendo com a corda no pescoço, subjugados à boa vontade dos banqueiros credores, que têm armas para nos sufocarem quando bem entenderem, principalmente em relação aos créditos de curto prazo no mercado interbancário. Obviamente, esta não é uma situação cômoda para um país viver, além da vulnerabilidade permanente a pressões externas.

Por tudo isto, com ou sem FMI, parece que neste ano de 1986 o governo Sarney deveria pressionar os banqueiros para que se faça um acordo de longo prazo para a nossa dívida externa, o que significaria apenas dar-se um rumo aos nossos compromissos, já que ninguém quer receber a dívida propriamente dita, apenas os juros e comissões. O que não parece conveniente para um país da dimensão econômica do Brasil é ter de conviver com um sistema em que os «favores» dos banqueiros seja uma das cláusulas, como ocorre hoje.

Desta forma, tem razão técnicas como Luis Gonzaga Belluzzo, da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda, quando diz que sem ordenar a dívida externa não se consegue ordenar a economia interna. Tudo indica que a falta de decisões dos credores impedem as decisões do governo para o nosso consumo. Pelo visto, este é o ingrediente que falta para que o governo funcione a contento, o que deve inspirar um esforço maior para que se consiga reescalonar a dívida externa de forma racional e cumprível, para que, finalmente, se possa arrumar a própria casa, que, neste período, vem sendo consumida a passos largos pela inflação.